

# **Estatuto da Cidade: Instrumento também de Geração de Trabalho nos Municípios do Estado da Bahia**

**Arlinda Oliva <sup>1</sup>**  
**Roberto de Oliveira <sup>2</sup>**

<sup>1</sup> CEFET  
Salvador - BA  
[aoliva@cefetba.br](mailto:aoliva@cefetba.br)

<sup>2</sup> UFSC-Depto Engenharia Civil  
Florianópolis - SC  
[ecv1rdo@ecv.ufsc.br](mailto:ecv1rdo@ecv.ufsc.br)

**Resumo :** O Estatuto da Cidade, lei federal do ano 2001, se configura como um avanço social na gestão territorial no Brasil. Inovando ao tratar o território em função do seu uso, a lei contempla demandas ambientais, sociais, técnicas, econômicas e legais da sociedade. Este trabalho de extensão busca, através da leitura e interpretação do Estatuto da Cidade, refletir sobre a demanda de recursos humanos para a implantação da lei nas 15 regiões econômicas do estado da Bahia, atentando para sua aplicação também como instrumento de geração de trabalho para as novas gerações de profissionais da construção civil. A metodologia de trabalho adotada foi a compilação de informações de fontes secundárias oficiais e informais das regiões e municípios, associada a entrevistas e visitas em alguns casos. A modernização na estrutura que opera com a gestão territorial no meio urbano foi percebida como imperativa para a implantação da Lei 10.257.

**Palavras chaves:** construção civil, empreendedorismo, estatuto da cidade

## **1.Introdução**

A Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, lei federal, de 10 de julho do ano 2001, regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal do Brasil, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana no país, após onze anos tramitando como projeto de lei.

O Estatuto da Cidade inova ao adotar o conceito de propriedade territorial em função do uso social em detrimento de aspectos técnicos tais como localização e área medida, o que implica em serem observados os interesses da coletividade, o que inclui os indivíduos, a fauna e a flora.

Esta inovação trazida pela Lei 10.257 é pertinente e necessária, face ao atual estágio do conhecimento sobre as questões relativas à terra, à água, e ao ar, e do conhecimento sobre as questões relativas às complexas relações sociais do indivíduo e seu entorno territorial.

Concebida no ano 1989, e a despeito de ter consumido onze anos em análises e debates, a publicação do Estatuto da Cidade não garantiu, e ainda não garante a sua plena efetividade, haja visto a realidade da estrutura da gestão pública na maioria das cidades brasileiras, em especial a gestão territorial.

Considerada como marco divisor no entendimento e conceituação da propriedade territorial, e sendo suportada por instrumentos técnico-político como o plano diretor e o desenho da política habitacional, entre outros, o Estatuto da Cidade ainda carece de assimilação por parte de todos os agentes envolvidos, quer poder público, quer iniciativa privada, quer sociedade civil.

Entender a propriedade com o conceito trazido pelo Estatuto da Cidade configura-se como grande ganho

social, mas requer esforço e trabalho. Neste sentido, a promoção do debate da questão entre as novas gerações de profissionais da construção civil pode vir a facilitar o processo de assimilação do novo conceito por este agente, cuja intervenção no uso e gestão da propriedade territorial é determinante.

Este trabalho de extensão busca contribuir para este processo, atentando prioritariamente para as novas oportunidades de trabalho que deverão ser geradas para a implantação do novo cenário pretendido pelo Estatuto da Cidade, focando a estrutura de gestão pública, no que concerne às sub-áreas de infraestrutura urbana e edificações nas cidades pesquisadas.

## **2. Contribuição do Trabalho**

A motivação deste trabalho de extensão é buscar contribuir para a formação das novas gerações de profissionais da área de construção civil, através de uma reflexão sobre as reais condições de implantação da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, nos municípios que compõem as 15 regiões econômicas do estado da Bahia.

A contribuição deste trabalho é estimular o exercício da percepção das diferentes possibilidades de universos de trabalho nos estudantes envolvidos. A justificativa para este trabalho é a necessidade de dar visibilidade a existência de diferentes realidades estruturais e operacionais, no que concerne ao poder público, no âmbito da gestão territorial.

## **3. Objetivo do Trabalho**

O objetivo deste trabalho é pesquisar e fazer conhecer em suas potencialidades e limitações as 15 regiões econômicas do estado da Bahia, visando dar visibilidade a futuros profissionais da área de construção civil, as oportunidades de trabalho e renda nos municípios que compõem as referidas regiões, através da leitura e interpretação da lei federal de número 10.257, o Estatuto da Cidade, de 10 de julho de 2001.

## **4. Metodologia de Trabalho**

A metodologia de trabalho adotada foi a compilação de informações geradas pela pesquisa em fontes secundárias diversas, oficiais e informais, através de sites institucionais e sites promocionais das diversas regiões e municípios do estado da Bahia. A principal fonte de pesquisa utilizada foi o provedor de dados da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, instituição governamental destinada à coleta e tratamento de dados dos municípios e da sociedade civil. Foram também aplicadas entrevistas via telefone para alguns municípios. Houveram visitas a municípios de 2 regiões próximas a Salvador.

O trabalho envolveu 15 grupos de 04 estudantes, totalizando 60 estudantes sob a orientação dos autores deste trabalho, e teve uma duração de 05 meses, de acordo com o seguinte cronograma de atividades:

- . mês 1: leitura e interpretação da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade.
- . mês 2: apresentação das 15 regiões econômicas do estado da Bahia.
- . mês 3: coleta de informações das 15 regiões econômicas do estado da Bahia (01 região por grupo de estudantes).
- . mês 4: sistematização das informações coletadas
- . mês 5: exposição do trabalho (evento interno à instituição promotora do trabalho de extensão) e publicação deste trabalho.

## **5. Coleta e Sistematização de Dados**

A pesquisa, a coleta e a sistematização dados encontrados de cada região, obedeceram a seguinte configuração previamente acordada:

- . nome e localização da região (mapa da região)
- . nome e população dos municípios da região
- . aspectos históricos e formas de ocupação populacional da região
- . características de solo e clima e meio ambiente da região

- . características demográficas da região (perfil demográfico e escolaridade)
- . características da economia da região (primária, secundária, terciária)
- . características da infra-estrutura interurbana (estrutural e operacional)
- . características da infra-estrutura urbana dos 02 principais municípios (estrutural e operacional)
- . característica das edificações dos 02 principais municípios\*
- . programas e projetos oficiais em vigência

\*a inserção deste item teve como objetivo estimular os estudantes envolvidos no trabalho a exercitarem a criatividade, pois na ausência de fontes de pesquisa “as características das edificações dos municípios” foram levantadas através de fotos e de narrativas da história local.



Figura 1 : Mapa das Regiões Econômicas da Bahia  
 fonte: [www.prodeb.gov.br/mapas\\_regioes.gif](http://www.prodeb.gov.br/mapas_regioes.gif)

## 6. O Estado da Bahia e suas Regiões Econômicas

O estado da Bahia está situado na região nordeste do Brasil. Ocupa uma área de 567.692.669 km<sup>2</sup> e tem clima tropical e semi-árido. O relevo é caracterizado por planícies, planaltos e depressões. O solo predominante é argiloso, sendo encontrado no litoral, o solo arenoso e na área conhecida como recôncavo baiano, o solo de massapê, de difícil uso na construção civil.

Possui 128 unidades de conservação cadastradas (ou áreas de preservação ambiental, APAs) e instituídas por decretos de lei, federal, estadual e municipal, e que oferecem algum tipo de restrição para acesso e uso.

A Bahia é o quarto estado mais populoso do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e tem a sua população constituída de pardos (63%), brancos (20%), pretos (16%), índios (menos de 1%).

Possui 417 municípios e 15 regiões econômicas, conforme discriminado a seguir:

1 - REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS): formada por 09 municípios.

Municípios mais importantes: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas

Economia: petroquímica, metal-mecânica, serviços (saúde, educação, outros), comércio, turismo, e construção civil (com destaque na RMS, pela intensidade e diversidade de atividades, apresentando também caráter de inovação.

2 - REGIÃO EXTREMO SUL: formada por 21 municípios.

Municípios mais importantes: Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Eunápolis.

Economia: indústria de celulose, minerais (mármore e granitos), madeira e movelaria, fruticultura, e turismo.

3 - REGIÃO OESTE: formada por 28 municípios.

Municípios mais importantes: Barreiras

Economia: produção de grãos (soja, outros), agroindústria, agronegócio.

4 - REGIÃO SERRA GERAL: formada por 29 municípios.

Municípios mais importantes: Guanambi, Brumado e Caetité.

Economia: agricultura, exploração mineral.

5 - REGIÃO LITORAL NORTE: formada por 20 municípios.

Municípios mais importantes: Alagoinhas, Catu, e Mata de São João.

Economia: petroquímica, agricultura, pecuária e turismo

6 - REGIÃO SUDOESTE: formada por 34 municípios.

Municípios mais importantes: Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista.

Economia: pecuária, agricultura, indústria de transformação, comércio e serviços.

7 - REGIÃO LITORAL SUL: formada por 53 municípios.

Municípios mais importantes: Ilhéus, Itabuna, Valença.

Economia: alimentos, madeira, minerais não metálicos, eletroeletrônicas, informática, agricultura, turismo, e pesca.

8 - REGIÃO MÉDIO SÃO FRANCISCO: formada por 16 municípios.

Municípios mais importantes: Barra e Bom Jesus da Lapa.

Economia: agricultura e pecuária, turismo e pesca.

9 - REGIÃO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO: formada por 08 municípios.

Municípios mais importantes: Juazeiro.

Economia: pecuária, agricultura irrigada, exportação.

10 - REGIÃO IRECÊ: formada por 19 municípios.

Municípios mais importantes: Irecê.

Economia: agricultura, complexos agroindustriais.

11 - REGIÃO CHAPADA DIAMANTINA: Formada por 33 municípios.

Municípios mais importantes: Lençóis, Mucugê, e Rio de Contas.

Economia: turismo histórico e ecológico, mineração, agricultura.

12 - REGIÃO RECÔNCAVO SUL: formada por 33 municípios.

Municípios mais importantes: Santo Amaro e Cruz das Almas.

Economia: agricultura, metal-mecânico.

13 - REGIÃO PIEMONTE DA DIAMANTINA: formada por 16 municípios.

Municípios mais importantes: Jacobina, Miguel Calmon e Senhor do Bonfim.

Economia: mineração, pecuária, agricultura, e turismo.

14 - REGIÃO PARAGUAÇU: formada por 42 municípios.

Municípios mais importantes: Feira de Santana.

Economia: agricultura, pecuária, mineração e comércio.

15 - REGIÃO NORDESTE: formada por 60 municípios.

Municípios mais importantes: Serrinha, Euclides da Cunha, e Paulo Afonso.

Economia: agropecuária, produção de energia elétrica, e turismo.

## 7. Resultado do Trabalho

O resultado do trabalho está compatível com o objetivo proposto.

A leitura e interpretação do Estatuto da Cidade, associada à pesquisa e sistematização dos dados relativos às 15 regiões econômicas do estado da Bahia, permitiram aos estudantes envolvidos no trabalho de extensão, a percepção da existência de diferentes realidades estruturais e operacionais, no que concerne ao poder público, na questão da gestão territorial, e em especial para os seguintes aspectos:

- . poucos municípios têm setores ou departamentos especializado para a questão.
- . os municípios que possuem setor ou departamento especializado para a questão, o tem subdimensionado, na quantidade e na especificidade de profissionais.
- . não existe clareza por parte dos municípios da necessidade e importância da questão ser conduzida por profissionais especializados.
- . não existe clareza por parte dos municípios da necessidade de se formar e contratar profissionais especializados.
- . não existe clareza por parte dos municípios da necessidade de se integrar dados e experiências.
- . poucos programas e projetos oficiais vigentes nas regiões econômicas têm vínculo com as questões territoriais.

## 8. Conclusão do Trabalho

A pesquisa em fontes secundárias diversas, oficiais e informais, através de sites institucionais e promocionais das diversas regiões e municípios do estado da Bahia, possibilitou aos estudantes envolvidos no trabalho de extensão, a percepção da existência de um universo de trabalho ainda a ser explorado, quer na iniciativa privada, quer na instância das instituições públicas.

A ampliação e modernização na estrutura das instâncias do poder público que operam com a questão da gestão territorial no meio urbano, com edificações e com infra-estrutura urbana e inter-urbana, dos municípios e regiões pesquisadas, é imperativa para a implantação da Lei 10.257, o que implica na necessidade de serem concebidos e promovidos programas e projetos oficiais que objetivem estimular a fixação de profissionais especializados da área de construção civil nas diversas regiões econômicas do estado da Bahia.

O conhecimento da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, além de ter contribuído para esta percepção, fortaleceu o sentimento de cidadania e humanidade dos estudantes que participaram do trabalho de extensão.

## 9. Referências Bibliográficas

**Instituto Brasileiro de Administração Municipal.** Disponível em: [www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)

**Lima, R. F. P. ; Lima, O. P. ; De Oliveira, R. .** Gestão territorial e ambiental e a Qualidade de Vida nos Municípios brasileiros. In: COBRAC 2006, 2006, Florianópolis, SC. Anais do COBRAC 2006, 2006. v. 1.

**Ministerio das Cidades.** Disponível em: [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

**Oliva, A. .** Interação entre o Exercício da Cidadania e a Sustentabilidade do Mercado de Trabalho do Profissional da Construção Civil: Horas de Trabalho Social Experimental. In: X Encontro Universitário Latino Americano de Cátedras de Vivendas - ULACAV, 2004, Pelotas, RGS. X Encontro Universitário Latino Americano de Cátedras de Vivendas, 2004.

**Portal Oficial do Governo do Estado da Bahia.** Disponível em: [www.bahia.ba.gov.br](http://www.bahia.ba.gov.br)

**Souza, D. A. ; Costa, A. M. ; De Oliveira, R. .** Cadastro Técnico Multifinalitário: um instrumento para desenvolvimento municipal. In: XVII Congresso Latino-Americano de Estratégia (SLADE 2004)., 2004, Itapema (SC). Anais do SLADE 2004 (CD ROM), 2004. v. I. p. 1-6.

**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.** Disponível em: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)